

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.044 - PE (2014/0215667-0)**

**RELATORA** : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ  
**RECORRENTE** : DELTA ELEVADORES LTDA  
**ADVOGADO** : JOSYMILSON BATISTA DE MORAES FERREIRA -  
PE024022  
**RECORRIDO** : LIBER CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA  
**ADVOGADO** : JULYANA DAMASCENA CHAGAS DE MENEZES

**DESPACHO**

Cuida-se de recurso extraordinário, interposto por DELTA ELEVADORES LTDA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Terceira Turma deste Superior Tribunal de Justiça.

Em que pese a recorrente pleitear a concessão do benefício da justiça gratuita na petição de recurso extraordinário (fls. 335/348), verifica-se que não logrou comprovar documentalmente a hipossuficiência necessária à concessão da benesse.

Dessarte, intime-se a recorrente a fim de que realize a comprovação da impossibilidade de arcar com o preparo recursal, no prazo de cinco dias, conforme preceitua o art. 99, § 2º, do Código de Processo Civil, sendo que, subsidiariamente, se for do interesse da parte, possibilita-se o pagamento do preparo no respectivo prazo para sanar o vício, em consonância com o art. 99, § 7º, do Código de Processo Civil, sob pena de deserção do recurso extraordinário.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente